

PF vai investigar

País

Jornal de Brasília • 3

tráfico no Congresso

Zenaide Azeredo

Os indícios de envolvimento de servidores do Congresso Nacional com o tráfico de drogas levaram o presidente do Senado Federal, Mauro Benevides, a chamar a Polícia Federal para comandar as investigações que a partir de agora serão realizadas nas duas casas do Legislativo.

Ontem à tarde, depois de uma reunião convocada pelo senador Mauro Benevides, o chefe da Divisão de Repressão ao Tráfico de Entorpecentes da Polícia Federal, Onézimo de Souza, admitiu que existem realmente indícios de existência de tráfico de drogas nas dependências do Congresso Nacional. "Mas tanto existe ali como em outros órgãos públicos e empresas privadas. Não se pode associar um ou outro caso de servidores detidos com drogas ao local onde ele trabalha", ressaltou o delegado, dissociando a instituição de eventuais delitos praticados em seu recinto.

Segundo Onézimo de Souza, atendendo a chamado do presidente do Congresso Nacional, a Divisão de Entorpecentes do DPF fará "um trabalho de cooperação com os agentes de segurança do Congresso, no sentido de reprimir o tráfico de drogas".

Uma das primeiras providências do chefe da Divisão de Entorpecentes no comando da operação anti-drogas na Câmara e Senado consistirá na realização de cursos de treinamento para combate ao tráfico destinado aos agentes de se-

gurança do Congresso. Só no Senado existem atualmente 132 agentes.

Disque droga

Antes de conversar com o representante da Polícia Federal, o presidente do Senado, Mauro Benevides, anunciou em entrevista a abertura de sindicância na Gráfica do Senado para apurar denúncias de tráfico de cocaína naquele local. A gráfica foi citada em reportagem do jornal "Folha de São Paulo" como um local diretamente envolvido na rota do tráfico.

Essa Comissão Especial designada por Benevides será composta pelos servidores Florian Augusto Coutinho Madruga, Adriano Jorge Souto e Eduardo Figueira Marques de Oliveira. Ela deve apurar os fatos denunciados pela "Folha", um dos quais refere-se à existência de uma ramal, na gráfica, que funcionaria como uma espécie de "disque droga". A Comissão tem prazo de 30 dias para apurar as denúncias.

Além dessa providência, Mauro Benevides anunciou a reabertura de um processo de tráfico de droga envolvendo o funcionário Ormindo Pelegrino. O processo é de 1989, e, segundo Benevides, são apenas dois os casos de envolvimento de servidores do Congresso com drogas. Por isso ele nega uma das informações contidas na reportagem da "Folha de São Paulo", de que 20% do tráfico de drogas, em Brasília, passaria pelo Congresso. Também o delegado Onézimo de Souza, do DPF, rejeitou esta afirmação.

Revistas e identificação

Benevides, no entanto, acredita que alguns servidores da Casa estejam envolvidos com o narcotráfico, e promete "punição exemplar" para todos os responsabilizados. "Eles podem ser demitidos, como já aconteceu com um funcionário da gráfica, antes da minha gestão", admitiu Benevides. Além dessas providências, o presidente do Senado anunciou a adoção "de medidas preventivas de segurança", em comum acordo com o presidente da Câmara e que consistem, basicamente, num maior rigor no trabalho de identificação em todas as entradas de acesso ao Senado e Câmara. Elas são cerca de 15, por onde transita diariamente um número aproximado de 20 mil pessoas.

Além da identificação Benevides solicitou ao governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, a presença de 10 agentes especializados, da Polícia Civil, para suprir as atuais deficiências no setor de Segurança do Congresso. Isso até que as 25 vagas existentes sejam preenchidas por concurso público, para o qual se acham inscritos 7 mil candidatos. O Senado requisitou os policiais antes da publicação da reportagem.

Tanto a Câmara quanto o Senado disciplinarão ainda a circulação "de pessoas estranhas aos quadros funcionais das duas Casas", podendo haver revistas de bolsas e pastas "com urbanidade", quando houver suspeita com relação à conduta do visitante".